



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o direito do idoso ao acesso à justiça e a serviços, públicos ou privados, sem a intermediação de plataformas digitais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o direito do idoso ao acesso à justiça e a serviços, públicos ou privados, sem a intermediação de plataformas digitais.

Art. 2º A Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 4º-A e 69-A:

“Art. 4º-A É assegurado ao idoso o usufruto de direitos e serviços, públicos ou privados, sem que para tal seja necessário o uso de recursos em plataforma digital.

Parágrafo único. Admite-se, excepcionalmente, a imposição de acesso à justiça por meio de canal exclusivamente digital, desde que ao idoso seja oferecida assistência integral no uso dos recursos tecnológicos necessários.”

“Art. 69-A. Fica assegurado ao idoso o acesso à justiça sem a intermediação de plataforma digital.

Parágrafo único. Admite-se, excepcionalmente, o acesso à justiça por meio de canal exclusivamente digital, desde que ao idoso seja oferecida assistência integral no uso dos recursos tecnológicos necessários.”



SF/22301.34945-54



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A evolução tecnológica, evidentemente, acompanha o transcurso da história. Longe de ser imparável, deve ser acolhida e incorporada à sociedade da melhor forma, de maneira que todos possamos desfrutar de suas vantagens sem prejuízos à comunidade.

É certo, contudo, que a velocidade da mudança se faz sentir mais por certos grupos que por outros. Referimo-nos, em particular, aos idosos. Afinal, em razão de naturais questões cognitivas, apresentam-se menos inclinados, em sua fase de vida, a assimilar os novos conhecimentos com a mesma facilidade que parece natural aos mais jovens.

Ora, e se assim é, pensamos no conflito que sucede quando à inovação tecnológica soma-se seu inescapável acolhimento por prestadores de serviços e pelo poder público. Afinal, a fim de manter a competitividade e de poder melhor gerir dados, é inevitável incorporar a digitalização dos processos a todas as tarefas existentes.

Entretanto, pensemos como ficam os idosos nesta era de virada tecnológica. Afinal, a um só tempo, são titulares de direitos inalienáveis, como consumidores e junto ao poder público, e não se encontram em posição favorável para aprender uma nova forma de interação com a realidade a fim de exercer direitos que lhe são plenos. Mais que isso: não é razoável exigir ao cidadão que, para exercer um direito, tenha de aprender uma nova linguagem – sobretudo quando se sabe a particular dificuldade que tal tarefa apresenta.

Assim, parece-nos plenamente justo, bem como totalmente razoável, prever em lei que ao idoso fica assegurado o direito à interação com o poder público e com prestadores de serviços por meio de canal alheio àquele típico dos canais informatizados. Isto é, o idoso não pode ser refém da revolução tecnológica.



SF/22301.34945-54



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Assim, cientes da concordância dos nobres pares para o mérito da proposta, solicitamos sua cooperação para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

